

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

OTÁVIO AUGUSTO DOS SANTOS RIOS

**ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O PADRÃO DO COMÉRCIO DO
BRASIL E DA COREIA DO SUL (1960-2020)**

Campo Grande – MS

2026

OTÁVIO AUGUSTO DOS SANTOS RIOS

**Estudo Comparativo Sobre o Padrão do Comércio do Brasil e da
Coreia do Sul**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
como exigência parcial para obtenção do título
de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a. Dra. Luciane Cristina
Carvalho.

Campo Grande – MS

2026

TERMOS DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “**Estudo Comparativo Sobre o Padrão do Comércio do Brasil e da Coréia do Sul**”, submetida à de Banca Examinadora por **Otávio Augusto dos Santos Rios** como exigência para obtenção do título de Bacharel em Economia, defendida dentro do prazo e em concordância com as normas e formalidades legais exigidas, sendo considerado

_____.

Campo Grande (MS), ____ de _____ de 2026.

Prof^a. Dra. Luciane Cristina Carvalho – Presidente
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. – Membro
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. – Membro
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, ao Universo e a tudo e todos que vieram a mim nas melhores intenções, e que hoje, certamente são parte no resultado disso tudo.

Grato pela minha família, especialmente à minha mãe, Gerusa Veis, meu pilar de sustentação durante toda a vida, ao meu padrasto, Paulo, à minha avó Geisa, e às minhas irmãs, Valen, Duda e Pabli, pelo apoio ao longo de toda essa jornada. Vocês são meu porto seguro.

Extensas considerações às minhas caríssimas colegas nesses 5 anos de graduação: Geovanna Arashiro, Isabelle O. Lopes, Joselaine Fachinello, Julia O. Kruki, Lorena Alves, Maria Eduarda Hillesheim e Rebeca Rauch Llano. Ao meu colega Gabriel Vieira pelo gás e motivação nessa reta final, que espero estender ao mestrado. Minhas amigas mais antigas que eu tive o prazer de dar continuidade nessa mesma instituição, Luana e Lorrayne Benteu. A mesma universidade me presenteou com um grande amigo, Giovanni Cardoso. Que o vento sopra a favor dos nossos esforços para tornamos à volta um lugar mais justo, humano, engraçado e amável — mais leve para se viver.

Por fim, agradeço à minha estimada orientadora e, até então, única docente mulher lotada e atuante no curso de Ciências Econômicas da UFMS, Professora Doutora Luciane Cristina Carvalho, que sempre encontrou em mim admiração e parceria em seus projetos nesta faculdade, e que, torço eu, depois de aqui não cessarão.

“Non esiste la storia muta. Per quanto le diano fuoco, per quanto la frantumino, per quanto la falsifichino, la storia umana si rifiuta di tacere.”

Eduardo Galeano

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo comparativo histórico-estrutural sobre o padrão de comércio e as trajetórias de desenvolvimento econômico do Brasil e da Coreia do Sul entre os anos de 1960 e 2020. Na década de 1950, ambas as nações compartilhavam indicadores socioeconômicos semelhantes, caracterizados por baixa renda *per capita*, infraestrutura precária e economias periféricas predominantemente agrárias. No entanto, as escolhas de política econômica e industrial adotadas ao longo das décadas seguintes geraram uma acentuada divergência estrutural. Enquanto o Brasil pautou o seu crescimento no Modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), voltando-se para o mercado interno, a Coreia do Sul implementou uma estratégia de Industrialização Orientada para as Exportações (IOE), focada no ganho de competitividade global. Metodologicamente, o estudo combina a análise qualitativa histórico-analítica com o exame estatístico descritivo de dados secundários de organismos internacionais, como o Banco Mundial. O referencial teórico articula as teorias clássicas e neoclássicas do comércio internacional — como as vantagens comparativas e a dotação de fatores — com a literatura estruturalista do desenvolvimento e da complexidade econômica. Os resultados demonstram que, ao longo do período analisado, a Coreia do Sul realizou um rápido processo de *catch-up* tecnológico e produtivo, ancorado em uma forte atuação do Estado desenvolvimentista, no fortalecimento de grandes conglomerados (*chaebols*) e em investimentos maciços em educação e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Isso permitiu ao país consolidar uma pauta exportadora de alta intensidade tecnológica. Em contrapartida, após sofrer com o esgotamento do seu modelo de endividamento na "década perdida" de 1980, o Brasil enfrentou um processo de desindustrialização precoce e reprimarização de sua pauta exportadora nos anos 2000, impulsionado pelo *boom de commodities* agrícolas e minerais.

Palavras-chave: Comércio Internacional; Industrialização por Substituição de Importações; Industrialização Orientada para as Exportações; Complexidade Econômica; Brasil; Coreia do Sul.

ABSTRACT

This research presents a historical-structural comparative study on the trade patterns and economic development trajectories of Brazil and South Korea between 1960 and 2020. In the 1950s, both nations shared similar socioeconomic indicators, characterized by low per capita income, precarious infrastructure, and predominantly agrarian peripheral economies. However, the economic and industrial policy choices adopted over the following decades generated a marked structural divergence. While Brazil based its growth on the Import Substitution Industrialization (ISI) model, focusing on the domestic market, South Korea implemented an Export-Oriented Industrialization (EOI) strategy, focused on gaining global competitiveness. Methodologically, the study combines historical-analytical qualitative analysis with descriptive statistical examination of secondary data from international organizations, such as the World Bank. The theoretical framework articulates classical and neoclassical theories of international trade — such as comparative advantage and factor endowment— with the structuralist literature on development and economic complexity. The results demonstrate that, throughout the analyzed period, South Korea underwent a rapid technological and productive catch-up process, anchored in strong action by the developmental state, the strengthening of large conglomerates (*chaebols*), and massive investments in education and Research and Development (R&D). This allowed the country to consolidate a highly technological export program. In contrast, after suffering from the exhaustion of its debt model in the "lost decade" of the 1980s, Brazil faced a process of premature deindustrialization and re-primarization of its export agenda in the 2000s, driven by the boom in agricultural and mineral commodities.

Keywords: International Trade; Import Substitution Industrialization; Export-Oriented Industrialization; Economic Complexity; Brazil; South Korea.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valores de exportação do Brasil e da Coreia do Sul por decênio - 1960-2020 (US\$ milhões).....	36
Tabela 2 – Participação aproximada dos principais produtos de exportação e importação do Brasil para o ano de 2025 (%)	38
Tabela 3 – Participação aproximada dos principais produtos de exportação e importação da Coreia do Sul para o ano de 2025 (%)	39

LISTA DE FIGURAS

Figura 2– Taxa média de crescimento do PIB per capita da Coreia do Sul (1960–2020) e Taxa média de crescimento do PIB per capita do Brasil (1960–2020).....	32
Figura 3 – Participação da Indústria total (% do PIB) — Brasil x Coreia do Sul (1960–2020)	33
Figura 4 – Manufatura (valor adicionado) como % do PIB — Brasil x Coreia do Sul (1960–2020).....	34
Figura 5 – Diferença na participação da indústria no PIB — Brasil x Coreia do Sul (1960–2020).....	35
Figura 6 – Produtividade do trabalho (PIB por trabalhador, US\$ constantes) – Brasil e Coreia do Sul (1991–2020)	44
Figura 7 – Produtividade do trabalho (Índice base 1991 = 100) – Brasil e Coreia do Sul (1991–2020).....	45

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A TEORIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	15
2.1	TEORIA DAS VANTAGENS ABSOLUTAS	15
2.2	TEORIA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS	16
2.3	TEORIAS NEOCLÁSSICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	17
2.3.1	O TEOREMA DE STOLPER-SAMUELSON	18
3	CONTEXTO HISTÓRICO DAS ECONOMIAS BRASILEIRA E SUL-COREANA	21
3.1	O IMPULSO INDUSTRIAL (ANOS 1960-1980)	21
3.2	O PONTO DE RUPTURA, A “DÉCADA PERDIDA” E O SALTO TECNOLÓGICO (ANOS 1980-2000)	23
3.3	A VIRADA DO SÉCULO E A CONSOLIDAÇÃO (ANOS 2000-2020)	25
4	METODOLOGIA	29
4.1	PROCEDIMENTOS DE CÁLCULO	29
4.2	TRATAMENTO DE LACUNAS NA SÉRIE HISTÓRICA	30
4.3	LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS	30
5	ANÁLISE E DISCUSSÕES	31
5.1	DIVERGÊNCIA DE RENDA E CRESCIMENTO	31
5.2	PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NO PIB (1960-2020)	32
5.3	MUDANÇA NA COMPOSIÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA	36
5.4	EFEITO EM PRODUTIVIDADE E SALÁRIOS	40
5.4.1	<i>Crescimento acelerado em ambas as economias (1960-1980)</i>	<i>41</i>
5.4.2	<i>Divergência clara de produtividade (1980-2000)</i>	<i>42</i>
5.4.3	<i>Consolidação da diferença estrutural (2000-2020)</i>	<i>43</i>
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	51

1 INTRODUÇÃO

No tratar das trocas econômicas, a história data que essas surgiram muito antes de os povos conseguirem estabelecer, de forma pacífica, relações culturais e políticas entre si (Gonçalves, 1998). O Brasil e a Coreia do Sul apresentavam indicadores sociais e econômicos bastante parecidos na década de 50, como a baixa renda per capita, forte presença do setor primário na estrutura produtiva, alto nível de desigualdade de renda, industrialização incipiente e infraestrutura precária, ainda enquanto ambos eram países subdesenvolvidos. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2024) a Coreia do Sul apresentou uma estimativa de PIB *per capita* de US\$ 34.165, enquanto o Brasil performou apenas US\$ 11.352, cerca de pouco mais de 1/3 do resultado sul-coreano.

O Brasil, enquanto fundamentando sua economia na exportação de produtos primários, deslanchou uma trajetória de crescimento econômico que se delineou de forma surpreendentemente rápida de 1950 a 1980, próximo ao chamado “Milagre Econômico”, mas veio a sentir a crise da dívida externa desencadeada pela declaração de moratória do México em 1982, como a maioria dos países da América Latina (Baer, 2009).

A Coreia do Sul, devastada pela Guerra da Coreia (1950–1953), encontrou, nos seus primeiros anos longe da guerra civil e da dominação estrangeira, o desafio de superar a infraestrutura amplamente rural (cerca de 70% da população vivendo no campo) caracterizada pela baixa tecnologia na lavoura praticamente destruída durante o conflito (Amsden, 2001 p.32-40). Num país onde a taxa de analfabetismo era estimada em 78% em 1945, as perspectivas de poucas décadas depois se tornar um dos maiores exportadores de itens de alto valor e tecnologia agregada, eram quase improváveis (Chang, 2002, p. 104-108).

O estudo comparativo sobre o padrão de comércio do Brasil e da Coreia do Sul justifica-se pela relevância de compreender como diferentes estratégias econômicas moldam as inserções internacionais de cada país, onde o Brasil pautou-se pelo Processo de Substituição de Importações de 1930 a 1970 (Tavares, 2019, p. 63-75), enquanto a Coreia viu um caminho mais atraente no investimento em

educação e tecnologia (Amsden, 2001). Enquanto o Brasil mantém sua pauta exportadora concentrada em *commodities* agrícolas e minerais, a Coreia do Sul consolidou-se como uma economia voltada à produção e exportação de bens manufaturados e de alta tecnologia (Rodrik, 2007, p. 87-95). Essa disparidade reflete não apenas escolhas de políticas industriais e comerciais, mas também trajetórias históricas distintas de desenvolvimento econômico, e como tema do presente trabalho, de comércio internacional.

Analisar os rumos traçados pelas duas nações é crucial para apontar os fatores que explicam a competitividade internacional, a capacidade de agregação de valor e o impacto no desenvolvimento interno de cada um dos países. Além disso, a pesquisa elenca reflexões acerca dos estímulos e ensejos das economias brasileira e coreana em um contexto de crescente demanda por inovação, diversificação produtiva e integração global. A literatura estruturalista destaca o papel da indústria no crescimento, mas ainda há debate sobre como a qualidade da inserção comercial afeta trajetórias de produtividade de longo prazo.

Este trabalho contribui ao buscar entender por que duas economias com níveis semelhantes de renda nos anos 1960 apresentaram trajetórias tão distintas de inserção comercial e desenvolvimento industrial entre 1960 e 2020, engendrando a diferença nas estratégias de inserção comercial, substituição de importações no Brasil versus industrialização orientada às exportações na Coreia do Sul, que pode explicar a divergência estrutural de produtividade e renda per capita nas duas nações, tal divergência é consistente com a literatura que destaca o papel do Estado desenvolvimentista na construção de vantagens comparativas dinâmicas.

Tem como objetivos específicos examinar as estratégias de desenvolvimento econômico e industrial adotadas por Brasil e Coreia do Sul ao longo do período analisado, destacando o papel da Industrialização por Substituição de Importações (ISI) no caso brasileiro e da Industrialização Orientada para Exportações (IOE) no caso sul-coreano e comparar as transformações na composição da pauta exportadora, na participação da indústria no PIB e nos indicadores de produtividade dos dois países, identificando como essas mudanças contribuíram para a divergência observada nos níveis de renda e competitividade internacional.

O referencial teórico articula a teoria clássica e neoclássica do comércio internacional, especialmente os modelos de vantagens comparativas e de dotação de fatores, com abordagens estruturais do desenvolvimento econômico, notadamente as contribuições de Nicholas Kaldor acerca do papel central da indústria no crescimento, a literatura sobre restrição externa ao crescimento e a abordagem de complexidade econômica. Essa integração teórica permite compreender não apenas os ganhos estáticos do comércio, mas também seus efeitos dinâmicos sobre estrutura produtiva e produtividade.

Metodologicamente, o estudo combina análise histórica comparativa e exame de dados secundários provenientes de organismos internacionais, como Banco Mundial e bases estatísticas de comércio internacional, contemplando indicadores de exportações e participação setorial no PIB. A abordagem é predominantemente analítica e interpretativa, com suporte quantitativo descritivo, buscando estabelecer nexos causais entre estratégias de comércio e resultados econômicos de longo prazo.

O presente estudo adota abordagem comparativa histórico-estrutural, combinando análise qualitativa e exame quantitativo descritivo de dados secundários. A relevância do estudo reside na contribuição para o debate contemporâneo sobre especialização produtiva e política industrial em economias emergentes. O objetivo geral é analisar comparativamente a evolução do padrão de comércio internacional do Brasil e da Coreia do Sul entre 1960 e 2020, buscando compreender como diferentes estratégias de industrialização e inserção internacional influenciaram suas trajetórias de desenvolvimento econômico, produtividade e estrutura produtiva.

Ao examinar duas experiências históricas contrastantes, pretende-se oferecer elementos que auxiliem na compreensão das limitações estruturais da economia brasileira e das condições necessárias para uma inserção internacional capaz de sustentar crescimento de longo prazo com elevação da produtividade.

2 A TEORIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Nesta seção, é discutida a importância do comércio internacional para o crescimento e desenvolvimento econômico de uma nação. O comércio internacional pode se tratar da troca de: bens; serviços; 3) fluxos de fatores produtivos (ex.: mão-de-obra) por diferentes países.

Essas trocas podem estar associadas a ganhos de especialização produtiva (aumento de eficiência, produtividade e competitividade), difusão tecnológica, economias de escala, dinamização do crescimento econômico e reestruturação produtiva e distributiva. As teorias apresentadas serão utilizadas como lentes analíticas para interpretar a divergência estrutural observada nas seções empíricas. (Krugman, 1980).

As teorias clássicas do comércio internacional, fundamentadas por Adam Smith e David Ricardo são o ponto de partida na concepção da Teoria do Comércio Internacional. Com a introdução conceitual das *Vantagens Absolutas* e *Vantagens Comparativas*, foram capazes de explicar, de antemão, que o comércio internacional é uma alternativa benéfica mesmo entre nações que encaram diferentes conjunturas de desenvolvimento.

2.1 Teoria das Vantagens Absolutas

Em “*A Riqueza das Nações*”, Adam Smith rompe com a visão mercantilista ao argumentar que o comércio internacional não é um jogo de soma zero, mas um mecanismo de geração mútua de riqueza. (Smith, 2023, p. 423-430), divergindo do pensamento dominante à época. Uma nação dita possuidora dessa ‘vantagem absoluta’ seria aquela capaz de produzir determinado bem de maneira que utilize menos percentual de recursos ou mão de obra que qualquer outra nação, a exemplo da indústria têxtil inglesa àquela época.

A proposição de Smith indica que cada país deve se especializar na produção em que possui maior eficiência, sendo o comércio internacional o mecanismo responsável por viabilizar a troca entre diferentes mercados produtores

(Smith, 2021, p. 98–105). Além disso, ao criticar o sistema mercantilista, o autor defende:

[...] o livre comércio e se posiciona contra barreiras alfandegárias, argumentando que restrições à importação desviam o capital de seu uso mais produtivo (Smith, 2021, p. 592–605). Nesse sentido, Smith sustenta que, quando um bem pode ser produzido mais barato no exterior, é mais racional importá-lo e direcionar os recursos domésticos para atividades mais eficientes (Smith, 2021, p. 599).

Adam Smith também propõe que, nesta especialização da produção de cada país, seria atribuída a divisão do trabalho como meio de alavancar a eficiência produtiva, onde cada seção de trabalho do país, focada em seu único produto, aperfeiçoaria seu engenho e economizaria tempo na produção. Essa discriminação do trabalho também facilitaria a inovação das máquinas utilizadas na produção dos bens, que, de forma sinérgica, descomplicaria mais ainda o trabalho.

2.2 Teoria das Vantagens Comparativas

Em “Princípios de Economia Política e Tributação”, David Ricardo demonstra que o comércio internacional pode ser benéfico mesmo quando um país é menos eficiente na produção de todos os bens, ao introduzir o princípio da vantagem comparativa baseado no custo de oportunidade (Ricardo, 2018, p. 131–137). Nesse sentido, cada país tende a se especializar na produção do bem em que possui menor custo relativo, utilizando o comércio internacional para obter os demais bens (Ricardo, 2018, p. 133–135).

Ricardo propõe que, mesmo um país sendo melhor em produzir dois itens que o outro (gastando menos tempo/trabalho), seria crucial que estes se empenhassem no produto que lhes oferecesse melhor vantagem comparativa em relação ao outro, ou seja, menor custo de oportunidade (Ricardo, 2018). Esse custo de oportunidade acarreta a formação dos padrões de comércio. Ele prova, matematicamente, que isso possibilitaria aumentar o volume total produzido e, consequentemente, comercializado com restante do mundo. Na literatura, é usado o exemplo clássico de dois países com sua eficiência hora/trabalho para a produção de vinho e tecido.

Para a roboração dessa teoria, Ricardo pressupõe que: o trabalho é o único fator de produção válido (Teoria do Valor-Trabalho); a existência da livre mobilidade de trabalho dentro de cada país, sem fluxo internacional; descartam-se os custos de transporte para a produção dos bens e inexistem barreiras alfandegárias; que os custos de produção serão constantes, independentemente da escala.

O modelo ricardiano considera uma economia com apenas um fator de produção (o trabalho), sendo as diferenças internacionais explicadas exclusivamente pela produtividade do trabalho, sem incorporar explicitamente fatores como capital ou recursos naturais (Krugman; Obstfeld; Melitz, 2015, p. 26-30).

2.3 Teorias Neoclássicas do Comércio Internacional

As teorias neoclássicas do comércio internacional, ultimando Heckscher-Ohlin-Samuelson, explicam os fluxos comerciais a partir da abundância e intensidade dos fatores de produção (capital, terra e trabalho), em vez de focar apenas na produtividade do trabalho.

O modelo de Heckscher-Ohlin parte do pressuposto de que os países diferem em suas dotações relativas de fatores de produção, como trabalho e capital, e que essas diferenças determinam os padrões de comércio internacional (Krugman; Obstfeld; Melitz, 2023, p. 67-75). Nesse sentido, países relativamente abundantes em trabalho tendem a exportar bens intensivos em trabalho, enquanto países relativamente abundantes em capital exportam bens intensivos em capital (Krugman; Obstfeld; Melitz, 2023).

Numa exemplificação, é passível de uso os dois países foco desse trabalho: Brasil (com vastas áreas de terra e mão de obra), tendendo a exportar commodities agrícolas; Coreia do Sul (com uma alta provisão de capital e tecnologia) tendendo a exportar bens de alto valor agregado (maquinários mais complexos). Para a conjectura dessa teoria, o modelo Heckscher-Ohlin pressupõe que: a tecnologia da qual os países dispõem é idêntica; o modelo teórico de mercado válido é um cenário de concorrência perfeita; e considera-se a ausência de custos de transporte.

Não obstante, a teoria sugere que o comércio internacional suplanta a mobilidade de fatores, e isso afeta diretamente uma importante métrica de preços: os salários. Ao exportar bens intensivos em trabalho, uma nação acaba por ‘vazar’ seu trabalho abundante, o que tende a elevar os salários internamente e equalizar o preço desse fator com o de outras nações a longo prazo (Ohlin, 1933).

2.3.1 O Teorema de Stolper-Samuelson

O artigo *Protection and Real Wages*, de Wolfgang Stolper e Paul Samuelson, constitui um desdobramento fundamental do modelo de Eli Heckscher e Bertil Ohlin, ao analisar os efeitos distributivos do comércio internacional. Enquanto o modelo Heckscher-Ohlin estabelece que os países tendem a exportar bens intensivos nos fatores de produção relativamente abundantes, o teorema de Stolper-Samuelson aprofunda essa abordagem ao demonstrar como a abertura comercial afeta a remuneração relativa desses fatores, especialmente trabalho e capital (Krugman; Obstfeld; Melitz, 2023).

Nesse contexto, o teorema sustenta que um aumento no preço relativo de um bem eleva o retorno real do fator de produção utilizado intensivamente em sua produção, ao mesmo tempo em que reduz o retorno do fator relativamente escasso. Assim, em países com abundância de mão de obra, a expansão das exportações de bens intensivos em trabalho tende a elevar os salários reais de forma mais que proporcional ao aumento dos preços desses bens. Em contrapartida, o fator escasso, como o capital nesses países, experimenta uma redução em sua remuneração real, evidenciando os efeitos distributivos assimétricos da integração comercial (Krugman; Obstfeld; Melitz, 2023, p. 79-81).

Após a discussão dos principais fundamentos da Teoria do Comércio Internacional, faz-se necessário compreender como diferentes países incorporaram, na prática, estratégias de inserção internacional compatíveis com suas estruturas produtivas, capacidades institucionais e objetivos de desenvolvimento econômico. Nesse contexto, as trajetórias históricas do Brasil e da Coreia do Sul revelam experiências contrastantes de industrialização e integração

ao comércio mundial ao longo do século XX. Enquanto o Brasil adotou, por um longo período inicial, políticas associadas ao Modelo de Substituição de Importações, priorizando a expansão do mercado interno e a proteção da indústria nacional (Bresser-Pereira, 2003), a Coreia do Sul direcionou sua estratégia para uma industrialização orientada às exportações, com forte atuação estatal, estímulo à inovação tecnológica e crescente inserção competitiva nos mercados internacionais (Amsden, 2001). Uma análise comparativa dessas trajetórias históricas permite compreender de que maneira as diferentes escolhas de política econômica influenciaram os padrões de especialização produtiva, competitividade externa e desenvolvimento econômico observados em ambos os países.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DAS ECONOMIAS BRASILEIRA E SUL-COREANA

A partir da década de 1960, Brasil e Coreia do Sul apresentavam condições iniciais relativamente semelhantes, caracterizadas por processos de industrialização em curso e forte atuação estatal no desenvolvimento econômico. Ambos os países eram economias periféricas que buscavam superar uma base produtiva predominantemente agrária, inclusive sob contextos de regimes autoritários em determinados períodos. No entanto, as estratégias adotadas ao longo do tempo e as respostas institucionais e produtivas aos choques externos resultaram em trajetórias divergentes de desenvolvimento, com a Coreia do Sul avançando em direção à sofisticação produtiva enquanto o Brasil passou a apresentar sinais de atraso relativo (Arend et al., 2023; Britto et al., 2016).

3.1 O Impulso Industrial (anos 1960-1980)

No Brasil, o período foi marcado pelo "Milagre Econômico", onde foco era o mercado interno e a construção de uma infraestrutura robusta, financiada por endividamento externo. O chamado "Milagre Econômico brasileiro" caracterizou-se por elevadas taxas de crescimento, sustentadas por forte intervenção estatal e financiamento externo (Bielschowsky, 2010), ocorrido principalmente entre 1968 e 1973, caracterizou-se também por elevadas taxas de crescimento do PIB, frequentemente superiores a 10% ao ano, em um contexto de consolidação do regime militar. O Estado assumiu papel protagonista no planejamento econômico, coordenando investimentos e criando condições institucionais para a aceleração do processo de industrialização.

A política de industrialização por substituição de importações no Brasil baseou-se em elevados níveis de proteção tarifária, controle de importações e incentivos estatais, promovendo a expansão da capacidade produtiva interna e a consolidação do parque industrial, ainda que de forma regionalmente concentrada (Tavares, 2019). O crescimento econômico foi sustentado por elevados investimentos em infraestrutura, especialmente nos setores de energia, transporte

e telecomunicações, com forte atuação de empresas estatais na implementação de projetos estratégicos de longo prazo (Abreu, 2014).

O financiamento do crescimento brasileiro no período baseou-se amplamente no endividamento externo, favorecido pela elevada liquidez internacional e pelas baixas taxas de juros, o que permitiu sustentar altos níveis de investimento, mas aumentou a vulnerabilidade externa da economia (Baer, 2009). Apesar do elevado crescimento econômico, o período foi marcado por forte concentração de renda, repressão salarial e aprofundamento das desigualdades sociais, além de crescente dependência externa, o que tornou a economia vulnerável a choques internacionais, como a crise do petróleo de 1973 (Furtado, 2007; Bresser-Pereira, 2003).

Simultaneamente, a Coreia do Sul, sob o governo de Park Chung-hee (1961–1979), abandonava a substituição de importações para adotar a Orientação para Exportações, transformando seus conglomerados (os *Chaebols*) em competidores globais, apoiados por uma reforma educacional sem precedentes (Amsden, 1989). O governo promoveu uma profunda reorientação de sua estratégia de desenvolvimento econômico.

Diferentemente de países que persistiram por mais tempo no Modelo de Substituição de Importações, o Estado sul-coreano reconheceu precocemente os limites de um crescimento excessivamente voltado ao mercado interno, especialmente em uma economia pequena, com escassez de recursos naturais e elevada necessidade de divisas. Nesse contexto, o país passou a abandonar gradualmente a substituição de importações e a adotar uma estratégia de Industrialização Orientada para Exportações (IOE), integrando-se de forma ativa ao comércio internacional. (Amsden, 2001).

A mudança para uma estratégia orientada às exportações implicou a promoção seletiva de setores com potencial competitivo internacional, inicialmente intensivos em trabalho e, posteriormente, mais intensivos em tecnologia. O Estado coreano utilizou instrumentos como crédito subsidiado, incentivos fiscais e metas de exportação, condicionando o apoio ao desempenho das firmas no mercado externo (Amsden, 2001). Os *chaebols* desempenharam papel central na estratégia

de desenvolvimento sul-coreana, sendo incentivados a competir no mercado internacional sob forte coordenação estatal. O governo condicionava o acesso a crédito e outros benefícios ao desempenho exportador, promovendo disciplina e eficiência, ao mesmo tempo em que retirava apoio de empresas com baixo desempenho (Chang, 2003).

Paralelamente, a estratégia de orientação para exportações foi sustentada por uma robusta reforma educacional, considerada um dos pilares do sucesso sul-coreano (Chang, 2003). O governo investiu fortemente na expansão do ensino básico e secundário, com ênfase em disciplinas técnicas e científicas, garantindo uma força de trabalho qualificada e disciplinada. Posteriormente, o ensino superior e a formação em engenharia e ciências aplicadas ganharam destaque, alinhando o sistema educacional às necessidades da industrialização pesada e tecnológica.

A combinação entre Estado desenvolvimentista, conglomerados empresariais dinâmicos e investimento em capital humano permitiu à Coreia do Sul realizar um rápido processo de *catch-up* industrial. Ao substituir a lógica de proteção do mercado interno por uma inserção competitiva no comércio internacional, o país conseguiu elevar sua produtividade, diversificar sua pauta exportadora e consolidar empresas nacionais como players globais. Esse modelo contrastou fortemente com experiências baseadas exclusivamente na substituição de importações, demonstrando que a integração externa, quando estrategicamente conduzida, pode ser um vetor central de desenvolvimento econômico sustentado (Amsden, 1989; Evans, 1995).

3.2 O Ponto de Ruptura, a “Década Perdida” e o Salto Tecnológico (anos 1980-2000)

A década de 1980 marcou uma inflexão nas trajetórias de desenvolvimento de Brasil e Coreia do Sul, em um contexto internacional adverso caracterizado pela elevação das taxas de juros e restrições ao financiamento externo. Enquanto países latino-americanos enfrentaram crises macroeconômicas profundas, a Coreia do Sul manteve sua trajetória de transformação produtiva e avanço tecnológico (Rodrik, 2007; Amsden, 2001).

No caso brasileiro, o início dos anos 1980 foi marcado pelo esgotamento do modelo de crescimento financiado por endividamento externo, consolidado durante o Milagre Econômico. A elevação abrupta das taxas de juros internacionais e a deterioração dos termos de troca tornaram a dívida externa insustentável, levando o país à crise de pagamentos e à necessidade de renegociação com credores internacionais. (Baer, 2009; Abreu, 2014). A política econômica passou a priorizar ajustes externos e fiscais, comprimindo o investimento e o crescimento, o que resultou em um longo período de estagnação.

A dinâmica inflacionária brasileira intensificou-se ao longo da década de 1980, impulsionada por mecanismos de indexação e desequilíbrios fiscais, dificultando a estabilização macroeconômica. Planos heterodoxos sucessivos produziram efeitos temporários, consolidando o período como uma “década perdida” em termos de crescimento econômico (Bresser-Pereira, 2003; Furtado, 2007).

Contrastando, a Coreia do Sul utilizou a década de 1980 como um período de aceleração do *upgrading* tecnológico, aprofundando a transformação de sua estrutura produtiva. Após consolidar sua inserção exportadora em setores intensivos em capital e trabalho qualificado nos anos 1970, o país avançou para segmentos de maior conteúdo tecnológico, como semicondutores, eletrônicos avançados, automóveis e máquinas. O Estado manteve uma política industrial ativa, direcionando crédito, protegendo temporariamente setores estratégicos e incentivando a internalização de capacidades produtivas tecnológicas. (Amsden, 2001; Wade, 2004).

Novamente, esse processo foi acompanhado por fortes investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e pela ampliação do ensino superior técnico-científico, permitindo aos *chaebols* reduzir a dependência de tecnologia estrangeira e avançar em inovação própria. A orientação para exportações continuou a funcionar como mecanismo disciplinador, forçando as empresas a competir nos mercados internacionais e a elevar continuamente seus padrões tecnológicos. Assim, enquanto o Brasil lidava com instabilidade macroeconômica crônica e

retração produtiva, a Coreia do Sul consolidava as bases de sua transição para uma economia industrial e tecnológica avançada (Chang, 2003).

A década de 1980 cristalizou uma divergência estrutural entre os dois países. No Brasil, a combinação de crise da dívida, hiperinflação e fragilidade institucional comprometeu a capacidade do Estado de coordenar o desenvolvimento econômico. Na Coreia do Sul, por sua vez, a estabilidade relativa e a continuidade das políticas industriais e educacionais permitiram transformar um contexto internacional adverso em oportunidade para o fortalecimento tecnológico, lançando as bases para seu desempenho econômico superior nas décadas seguintes (Chang, 2003).

3.3 A Virada do Século e a Consolidação (anos 2000-2020)

Com a entrada dos anos 2000, a economia brasileira passou a registrar um ciclo de crescimento fortemente impulsionado pelo *boom das commodities*, inserido em um contexto de expansão da demanda global — especialmente por parte da China. Esse cenário resultou em elevação significativa dos preços internacionais e dos volumes exportados de produtos primários, como minério de ferro, soja e petróleo, contribuindo para a melhora dos termos de troca e o acúmulo de reservas internacionais. Embora esse ambiente externo favorável tenha sustentado taxas positivas de crescimento ao longo da primeira década do século XXI, também reforçou tendências de reprimarização da pauta exportadora e desindustrialização precoce, ao deslocar recursos para setores menos intensivos em tecnologia (Bresser-Pereira, 2010).

O dinamismo do setor primário-exportador produziu, por outro lado, efeitos relevantes sobre os indicadores sociais. O aumento da arrecadação pública, aliado à expansão do emprego e à valorização real do salário-mínimo, permitiu a ampliação de políticas redistributivas, como programas de transferência de renda, contribuindo para a redução da pobreza e da desigualdade. Esse processo foi acompanhado por uma expansão do consumo das famílias e pela incorporação de amplos segmentos da população ao mercado, caracterizando um período de crescimento com inclusão social. Contudo, tal dinamismo esteve fortemente ancorado em condições externas favoráveis e na expansão da demanda interna, o

que levanta questionamentos acerca de sua sustentabilidade no longo prazo (Neri, 2012, p. 45-52; World Bank, 2016, p. 23-30).

Entretanto, esse padrão de crescimento também reforçou um processo de desindustrialização precoce da economia brasileira. A forte entrada de divisas decorrente das exportações de *commodities* contribuiu para a apreciação da taxa de câmbio, reduzindo a competitividade da indústria de transformação. Ao mesmo tempo, a maior rentabilidade relativa dos setores primários e de serviços deslocou investimentos para atividades menos intensivas em tecnologia e com menor potencial de encadeamentos produtivos, enfraquecendo a base industrial do país (Pasinetti, 1981).

Além disso, a ausência de uma política industrial consistente e de longo prazo limitou a capacidade do Brasil de transformar o *boom das commodities* em uma estratégia de diversificação produtiva. Diferentemente de países que utilizaram rendas extraordinárias para promover *upgrading* tecnológico e inovação, o Brasil manteve elevada dependência da exportação de bens primários e de produtos industriais de baixo conteúdo tecnológico. Como resultado, a participação da indústria no PIB e no emprego continuou a recuar ao longo dos anos 2000 (Chang, 2003).

Embora o ciclo de crescimento dos anos 2000 tenha gerado ganhos sociais relevantes, ele também aprofundou fragilidades estruturais da economia brasileira. É evidente que o reforço da especialização em commodities tornou o país mais vulnerável às oscilações do mercado internacional e limitou o potencial de crescimento sustentado no longo prazo. O período evidencia o dilema entre avanços sociais de curto prazo e a persistência de desafios relacionados à estrutura produtiva e à capacidade industrial do país (Amsden, 2001).

Em contrapartida do Brasil, a Coreia do Sul consolidou-se como uma economia de alta renda e líder em inovação, exportando não apenas produtos de alto valor agregado, mas também influência cultural global (o *Hallyu*). Já consolidada como uma economia de alta renda, com base em uma estratégia de desenvolvimento orientada à inovação, à sofisticação produtiva e à inserção competitiva nos mercados globais, ao longo das décadas finais do século XX e início

do XXI, o país avançou de forma consistente no *upgrading* tecnológico, transformando sua estrutura produtiva e reduzindo a distância em relação às economias centrais.

Esse processo refletiu-se na especialização sul-coreana na exportação de bens de alto valor agregado, como semicondutores, smartphones, automóveis, navios, equipamentos eletrônicos e tecnologias digitais. Empresas como Samsung, Hyundai e LG tornaram-se líderes globais em seus respectivos setores, sustentadas por elevados investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), forte articulação entre Estado, universidades e setor privado, e políticas industriais focadas em inovação. Como resultado, a Coreia do Sul passou a figurar entre os países com maior intensidade tecnológica e produtividade industrial do mundo (Chang, 2002).

A consolidação como economia avançada também foi acompanhada por um robusto sistema educacional e científico, com destaque para a formação em engenharia, ciências exatas e tecnologias da informação. O investimento contínuo em capital humano permitiu ao país não apenas absorver tecnologias estrangeiras, mas também gerar inovação endógena, ampliando sua autonomia tecnológica. Esse arranjo institucional foi fundamental para sustentar o crescimento econômico em um contexto de concorrência internacional cada vez mais acirrada. (Haggard; Lim; Kim, 2003)

Além da dimensão econômica, a Coreia do Sul expandiu sua presença global por meio da exportação de bens culturais, fenômeno conhecido como Hallyu (Onda Coreana). Produtos culturais como *K-pop*, dramas televisivos, cinema, moda e jogos digitais passaram a ocupar espaço central no consumo cultural internacional, ampliando o chamado *soft power* sul-coreano. O Estado teve papel relevante nesse processo, apoiando a indústria criativa, protegendo direitos autorais e promovendo a cultura nacional no exterior como parte de sua estratégia de inserção internacional.

4 METODOLOGIA

A estratégia metodológica busca identificar padrões de divergência no padrão de comércio entre Brasil e Coreia do Sul no período de 1960 a 2020, com ênfase na mudança da estrutura produtiva e composição das exportações. Os dados utilizados são provenientes principalmente das seguintes bases internacionais: *World Development Indicators* (WDI) – Banco Mundial; *Penn World Table* (versão 10); *University of Groningen Growth and Development Centre* (GGDC).

Foram utilizados os seguintes indicadores: PIB per capita (US\$ constantes de 2015); Crescimento do PIB per capita (% anual); Indústria (valor adicionado) como % do PIB; Manufatura (valor adicionado) como % do PIB; Exportações de bens e serviços (US\$ correntes); PIB por trabalhador (US\$ constantes). Todos os valores monetários utilizados para comparação intertemporal foram expressos em dólares constantes, a fim de eliminar distorções inflacionárias.

Durante a preparação deste trabalho, a ferramenta Google NotebookLM versão Gemini 3 Pro foi utilizada para ajustar o fluxo do texto. A ferramenta Google Gemini versão 1.5 foi utilizada para traduzir trechos do resumo e confecção do gráfico apresentado na Figura 5. Após a utilização das ferramentas, o autor revisou e editou o conteúdo, assumindo total responsabilidade pelo texto final.

4.1 Procedimentos de Cálculo

Para a análise das taxas médias de crescimento por década (1960–2020), foi adotado o seguinte procedimento: Coleta da taxa de crescimento anual do PIB per capita; Cálculo da média aritmética simples das taxas anuais dentro de cada década; Comparação entre os valores médios decenais para identificar padrões persistentes de divergência.

No caso da produtividade do trabalho, foram utilizados dados de PIB por trabalhador em dólares constantes. Para o gráfico de índice (base 1991 = 100), os valores foram normalizados conforme a seguinte fórmula:

$$\acute{I}ndice_t = \frac{Valor_t}{Valor_{1991}} \times 100$$

Esse procedimento permite comparar o crescimento acumulado independentemente dos níveis iniciais.

4.2 Tratamento de Lacunas na Série Histórica

Algumas séries históricas, especialmente nos anos iniciais da década de 1960, apresentam lacunas de cobertura, particularmente para a Coreia do Sul. Nessas situações: Não foram atribuídos valores nulos às observações ausentes; Foram considerados apenas os anos com dados efetivamente disponíveis; A análise gráfica reflete exclusivamente informações observadas nas bases originais. Esse procedimento evita distorções artificiais na interpretação da trajetória industrial.

4.3 Limitações Metodológicas

A pesquisa possui caráter predominantemente descritivo-analítico e não emprega modelos econométricos formais para identificação causal. Dessa forma, as relações entre estrutura produtiva, complexidade e produtividade são interpretadas com base em evidências comparativas e literatura teórica. Não se realiza teste econométrico de causalidade ou regressões estruturais. Os resultados devem ser compreendidos como evidências consistentes com a hipótese teórica, mas não como prova estatística definitiva.

Entretanto, a persistência temporal dos padrões observados sugere forte associação entre estratégia de inserção produtiva e desempenho de longo prazo. A escolha por análise comparativa histórico-estrutural justifica-se pela natureza de longo prazo do fen meno investigado, cuja compreensão exige articulação entre evidência quantitativa e contexto institucional.

5 ANÁLISE E DISCUSSÕES

Embora com indicadores socioeconômicos similares na década de 50, Brasil e Coreia do Sul são países de dimensões territoriais e populacionais bastante diferentes. O Brasil estima cerca de 213,4 milhões de habitantes em 2026, enquanto a Coreia do Sul, cerca de 41,6 milhões (World Bank Data, 2026). E enquanto a Coreia do Sul se estende por 100.363 km², o Brasil (5º maior país do mundo em extensão territorial) delimita-se numa área de 8.516.000 km².

5.1 Divergência de Renda e Crescimento

A divergência de renda entre Brasil e Coreia do Sul não resulta apenas de diferenças pontuais de desempenho, mas de padrões persistentes de crescimento ao longo de várias décadas. Para captar essa dinâmica cumulativa, os gráficos 1 e 2 apresentam a taxa média anual de crescimento do PIB per capita por década no período de 1960 a 2020. A análise permite identificar assimetrias estruturais no ritmo de expansão econômica e compreender como diferenças relativamente pequenas, quando sustentadas ao longo do tempo, geram distanciamentos significativos de renda.

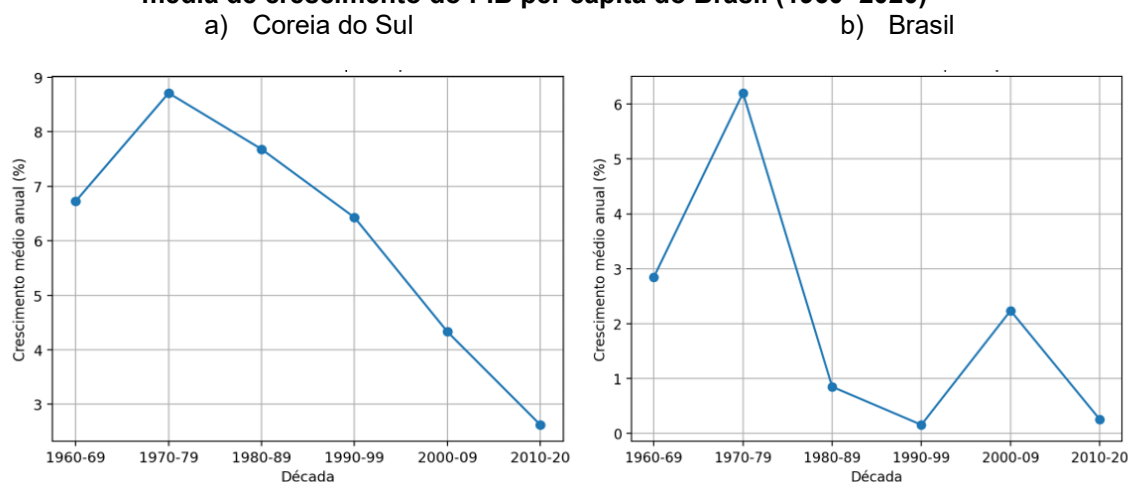
Os gráficos evidenciam uma clara divergência de renda entre Brasil e Coreia do Sul ao longo do período analisado. Enquanto ambas as economias apresentavam níveis relativamente próximos de PIB per capita nos anos 1960, a Coreia do Sul registrou crescimento acelerado e sustentado a partir da década de 1970, ampliando progressivamente a distância em relação ao Brasil. A partir dos anos 1980, a trajetória brasileira torna-se marcada por instabilidade e crescimento mais lento, consolidando um processo de divergência estrutural de renda no longo prazo. Tal evidência empírica reforça a hipótese de que estratégias distintas de inserção produtiva e comercial influenciaram de forma decisiva os resultados econômicos de cada país.

A análise das taxas médias de crescimento por década revela que a Coreia do Sul manteve desempenho significativamente superior ao brasileiro sobretudo

entre as décadas de 1960 e 1990, período em que consolidou sua industrialização orientada às exportações. O Brasil apresentou crescimento elevado nos anos 1970, mas sofreu desaceleração acentuada nos anos 1980, período da chamada “década perdida”. A persistência de taxas mais elevadas de crescimento sul-coreano ao longo de várias décadas explica a divergência cumulativa observada nos níveis de renda per capita.

O gráfico a seguir expõe a evolução temporal das taxas médias de crescimento da Coreia do Sul e do Brasil no intervalo de 1960 a 2020. A disposição concomitante desses indicadores permite traçar um panorama comparativo sobre o desempenho econômico de ambas as nações, evidenciando as flutuações conjunturais e as divergências em suas respectivas trajetórias de desenvolvimento ao longo de seis décadas

Figura 1– Taxa média de crescimento do PIB per capita da Coreia do Sul (1960–2020) e Taxa média de crescimento do PIB per capita do Brasil (1960–2020)

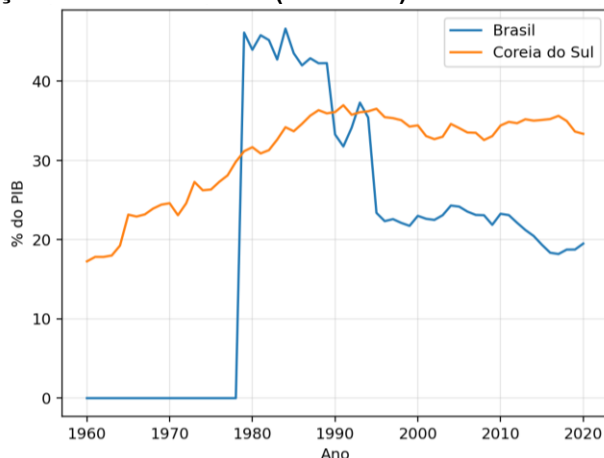


Fonte: Banco Mundial (2024). Elaboração própria.

5.2 Participação da Indústria no PIB (1960-2020)

Para avaliar o grau de mudança estrutural das economias, as figuras 3 e 4 apresentam a evolução da participação da indústria total e da manufatura no PIB de Brasil e Coreia do Sul entre 1960 e 2020.

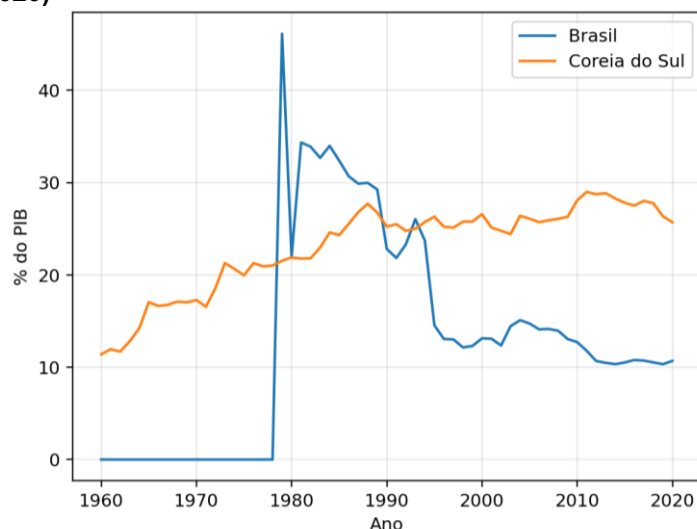
Figura 2 – Participação da Indústria total (% do PIB) — Brasil x Coreia do Sul (1960–2020)



Fonte: Dados de participação da Indústria total (% do PIB) disponibilizados pelo Banco Mundial. Elaboração própria.

A análise da participação da indústria no PIB revela diferenças estruturais profundas entre Brasil e Coreia do Sul ao longo do período 1960–2020. Conforme evidenciado na figura 3, ambos os países apresentaram expansão industrial nas décadas de 1960 e 1970. Observa-se que alguns anos iniciais apresentam lacunas na base de dados do Banco Mundial, especialmente para a Coreia do Sul. O gráfico considera apenas valores efetivamente disponíveis na série histórica. No caso brasileiro, esse movimento esteve associado ao modelo de substituição de importações, que promoveu ampliação do parque industrial voltado ao mercado interno. Na Coreia do Sul, por sua vez, a expansão industrial ocorreu em consonância com uma estratégia de industrialização orientada às exportações, com forte coordenação estatal e metas de desempenho externo.

Figura 3 – Manufatura (valor adicionado) como % do PIB — Brasil x Coreia do Sul (1960–2020)

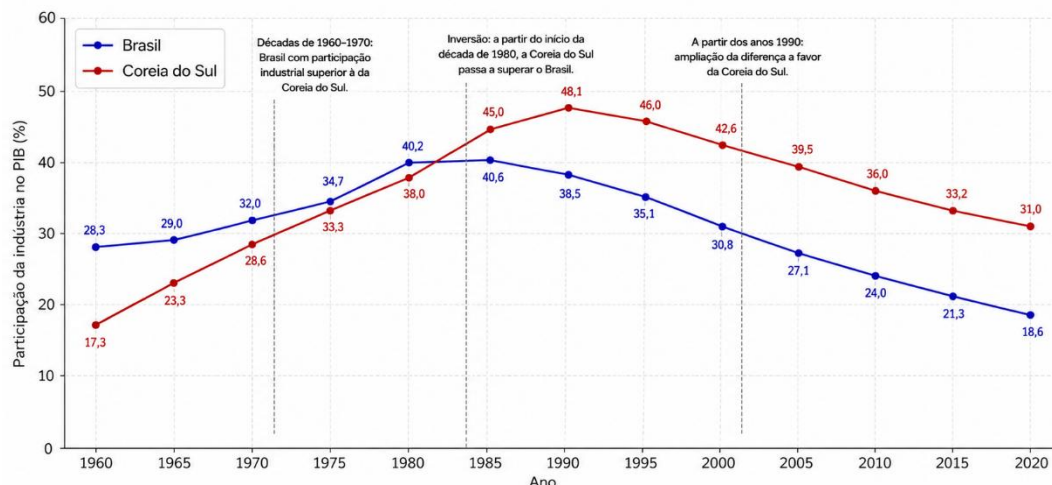


Fonte: Dados de participação da Manufatura no valor adicionado (como % do PIB) disponibilizados pelo Banco Mundial. Elaboração própria.

A análise da manufatura como percentual do PIB (figura 4) reforça essa leitura. A Coreia do Sul manteve níveis elevados de manufatura por várias décadas, internalizando setores de maior intensidade tecnológica e ampliando sua capacidade produtiva. No Brasil, a redução da manufatura ocorre antes que o país atinja níveis elevados de renda per capita, caracterizando o fenômeno da desindustrialização precoce. Diferentemente do padrão observado em economias avançadas (onde a redução industrial ocorre após consolidação produtiva), o declínio brasileiro manifesta-se em estágio intermediário de desenvolvimento. A série histórica de valor adicionado da manufatura como percentual do PIB apresenta lacunas nos anos iniciais, sobretudo para a Coreia do Sul, em razão de limitações de cobertura da base *World Development Indicators*. Para evitar distorções, os gráficos consideram apenas valores disponíveis, não sendo atribuídos valores nulos às observações ausentes.

Já a figura 4 exibe a diferença (Coreia – Brasil) em pontos percentuais, destacando o momento em que a trajetória sul-coreana se distancia da brasileira.

Figura 4 – Diferença na participação da indústria no PIB — Brasil x Coreia do Sul (1960–2020)



Fonte: Dados de participação da Indústria de cada país (Brasil e Coreia do Sul) disponibilizados pelo Banco Mundial. Gráfico gerado pelo Google Gemini.

Não obstante, a partir da década de 1980, as trajetórias passam a divergir de forma consistente. A figura 5, que apresenta a diferença em pontos percentuais entre a participação industrial sul-coreana e brasileira, evidencia o momento em que a Coreia do Sul consolida uma base industrial mais robusta e sustentada, enquanto o Brasil inicia processo de retração relativa. Essa divergência coincide com o período da crise da dívida externa e instabilidade macroeconômica no Brasil, contrastando com o aprofundamento do *upgrading* tecnológico sul-coreano.

Sob a perspectiva das leis de Kaldor (Kaldor, 1966, 1970), a indústria de transformação desempenha papel central na elevação da produtividade agregada, dado seu potencial de economias de escala, difusão tecnológica e encadeamentos intersetoriais. A manutenção de uma base industrial robusta na Coreia do Sul contribuiu para sustentar ganhos contínuos de produtividade, enquanto o enfraquecimento relativo da indústria brasileira limitou os efeitos dinâmicos associados à transformação estrutural. Assim, a evidência empírica sugere que a divergência de renda entre os dois países não pode ser compreendida apenas pela análise dos níveis de crescimento, mas requer consideração da qualidade e persistência da mudança estrutural.

5.3 Mudança na Composição da Pauta Exportadora

Em 1960, o Brasil era uma economia significativamente mais robusta que a sul-coreana. A Coreia do Sul, devastada pela guerra, exportava o equivalente a apenas US\$ 33 milhões, enquanto o Brasil já possuía uma estrutura exportadora consolidada (embora dependente do café). O "ponto de ultrapassagem" ocorreu na década de 1990 (World Bank, 2003).

A análise da composição da pauta exportadora permite avançar da dimensão quantitativa do comércio para sua qualidade estrutural. Mais do que o volume exportado, o tipo de bem comercializado determina os efeitos dinâmicos sobre aprendizado tecnológico, produtividade e acumulação de capacidades produtivas. Nesse sentido, a divergência entre Brasil e Coreia do Sul revela diferenças profundas na estratégia de inserção internacional adotada ao longo das últimas seis décadas (Hausmann 2014).

Nas décadas de 1960 e 1970, ambos os países apresentavam pautas exportadoras concentradas em bens de baixa complexidade. O Brasil mantinha forte dependência de commodities agrícolas e minerais, refletindo sua abundância relativa de recursos naturais. A Coreia do Sul, por sua vez, exportava bens intensivos em trabalho pouco qualificado, como têxteis e manufaturas leves. À luz da teoria neoclássica do comércio (Heckscher-Ohlin), essa especialização seria consistente com a dotação relativa de fatores de cada economia (Krugman, 2015).

Tabela 1 - Valores de exportação do Brasil e da Coreia do Sul por decênio - 1960-2020 (US\$ milhões)

Ano	Exportações Brasil (US\$ mi)	Exportações Coreia do Sul (US\$ mi)
1960	1.269	33
1970	2.739	835
1980	20.132	17.505
1990	31.414	65.016
2000	55.086	172.268
2010	201.915	466.384
2020	209.180	512.498

Fonte: Banco Mundial (2024).

O Brasil apresentava uma economia corpulenta em comparação à sul-coreana, tanto em termos de tamanho do PIB quanto de valor absoluto das exportações. Observa-se que, embora o Brasil apresentasse maior volume exportado até o início da década de 1980, a composição da pauta manteve-se concentrada em produtos primários, enquanto a Coreia do Sul iniciou processo consistente de diversificação e sofisticação produtiva, alterando qualitativamente sua inserção internacional. O país já possuía uma base produtiva relativamente diversificada para padrões latino-americanos, exportando principalmente produtos primários — como café, açúcar e minério — e alguns manufaturados leves, enquanto a Coreia do Sul ainda era uma economia majoritariamente agrária, devastada pela Guerra da Coreia e com exportações pouco expressivas (Amsden, 2001; Furtado, 2007).

Entretanto, a partir da década de 1980, observa-se trajetória divergente. A Coreia do Sul promoveu processo contínuo de *upgrading* produtivo, deslocando sua pauta para bens de maior intensidade tecnológica — automóveis, construção naval, eletrônicos e, posteriormente, semicondutores e produtos de alta tecnologia. Tal movimento não pode ser explicado apenas por vantagens comparativas estáticas; trata-se da construção deliberada de vantagens comparativas dinâmicas, por meio de política industrial ativa, coordenação estatal e disciplina competitiva imposta aos conglomerados empresariais (*chaebols*). A grande diferença não está apenas no "quanto" se exporta, mas no "o quê" se exporta (Amsden, 2001).

Tal tópico conecta-se diretamente com o Teorema de Stolper-Samuelson, pois bens manufaturados exigem (e remuneram melhor) o capital humano. Esse processo está intimamente relacionado ao conceito de complexidade econômica (Hausmann & Hidalgo, 2014). Economias que exportam bens tecnologicamente sofisticados incorporam maior volume de conhecimento produtivo, o que amplia suas possibilidades futuras de diversificação e inovação. A experiência sul-coreana ilustra essa dinâmica: ao elevar progressivamente a complexidade de sua pauta exportadora, o país consolidou trajetória de crescimento sustentado da produtividade e da renda per capita.

Em 1980, no Brasil, manufaturados chegaram a representar quase 60% das exportações brasileiras (Tavares, 2019). Em 2020, esse número caiu para cerca de 30%, com o país voltando a se especializar em commodities (soja, minério de ferro e petróleo). Na Coreia do Sul, em 1960, a exportação era majoritariamente de produtos primários (algas, seda, minérios). Em 2020, mais de 90% de sua pauta é composta por manufaturados de alta tecnologia, como semicondutores, automóveis e navios (Amsden, 2001).

O Brasil, em contraste, apresentou movimento de reconcentração exportadora em commodities a partir dos anos 2000, especialmente impulsionado pelo boom dos preços internacionais de produtos primários. Embora tal especialização tenha gerado ganhos de curto prazo e melhoria nos termos de troca, ela reforçou padrão de inserção baseado em vantagens comparativas estáticas, com menor intensidade tecnológica e reduzido efeito de encadeamento produtivo. Esse processo limitou o avanço da complexidade econômica e reduziu a capacidade de internalização de conhecimento produtivo.

Hoje, a dinâmica dos principais produtos observados na balança comercial dos do Brasil pode ser vista a partir da Tabela 2:

Tabela 2 – Participação aproximada dos principais produtos de exportação e importação do

Produto Exportado	Participação Aproximada (%)	Produto Importado	Participação Aproximada (%)
Soja e derivados	16	Máquinas e equipamentos	8
Minério de ferro	12	Circuitos integrados	6
Petróleo bruto	14	Fertilizantes	5
Carne bovina	4	Produtos químicos	5
Carne de frango	3	Combustíveis refinados	4
Açúcar	2	Equip. telecomunicações	3
Celulose	2	Autopeças	3
Café	2	Equip. médicos	2
Milho	3	Defensivos Agrícolas	2
Ouro	2	Semicondutores	2

Brasil para o ano de 2025 (%)

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Comex Stat – Base de Dados do Comércio Exterior Brasileiro (2025). A participação aproximada refere-se à estimativa de cada um destes itens em relação ao total da balança comercial.

As exportações brasileiras, segundo dados recentes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), delineam que soja, petróleo bruto e minério de ferro permanecem entre os principais produtos exportados, enquanto fertilizantes, combustíveis e bens industriais figuram entre as principais importações. Uma lógica que sugere deterioração dos termos de troca na balança comercial do país: compramos bens de valor-agregado maior e vendemos bens de valor-agregado menor ao mundo.

Já a Tabela 3, esboça os principais itens de exportação e importação segundo a balança comercial da Coreia do Sul:

Tabela 3 – Participação aproximada na balança comercial dos principais produtos de exportação e importação da Coreia do Sul para o ano de 2025 (%)

Produto Exportado	Part. Aproximada (%)	Produto Importado	Part. Aproximada (%)
Semicondutores	20	Petróleo bruto	15
Circuitos integrados	10	GNL	5
Automóveis	8	Minério de ferro	4
Autopeças	4	Carvão mineral	3
Navios	5	Componentes eletrônicos	4
Produtos petroquímicos	4	Cobre	2
Equip. telecomunicações	4	Alumínio	2
Computadores e eletrônicos	6	Produtos químicos básicos	3
Baterias para VEs	3	Grãos e alimentos	2
Máquinas industriais	3	Equip. industriais	2

Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC). South Korea Trade Profile. (2025).

Sob a perspectiva do teorema de Stolper-Samuelson, a especialização em bens intensivos em trabalho qualificado e tecnologia tende a elevar a remuneração relativa do capital humano e estimular investimentos em educação e inovação. A estratégia sul-coreana reforçou esse ciclo virtuoso, enquanto a permanência brasileira em setores primário-exportadores reduziu os incentivos estruturais à qualificação produtiva e à diversificação tecnológica.

5.4 Efeito em Produtividade e Salários

A teoria de Stolper-Samuelson sugere que o comércio beneficia o fator abundante. A Coreia do Sul investiu em transformar o "trabalho qualificado" em seu fator abundante. A análise da composição produtiva e da inserção internacional das economias brasileira e sul-coreana encontra sua consequência mais direta nos indicadores de produtividade e remuneração do trabalho. Conforme sugerido pelas leis de Kaldor, a expansão da indústria de transformação exerce papel central na elevação da produtividade agregada, uma vez que o setor manufatureiro opera sob retornos crescentes de escala, incorpora progresso técnico e gera encadeamentos intersetoriais significativos.

No caso da Coreia do Sul, a consolidação de uma base industrial voltada à exportação de bens tecnologicamente sofisticados promoveu ganhos persistentes de produtividade do trabalho ao longo das últimas décadas. O processo de *upgrading* produtivo, aliado a investimentos maciços em educação e pesquisa e desenvolvimento, elevou a intensidade tecnológica da economia e ampliou o estoque de capital humano. Como resultado, a produtividade industrial cresceu de forma sustentada, contribuindo para aumento consistente da renda média e dos salários reais.

O Brasil, por sua vez, apresentou trajetória distinta. Embora tenha experimentado expansão industrial relevante até os anos 1980, a posterior perda relativa de participação da indústria e a reconcentração exportadora em commodities limitaram os efeitos dinâmicos associados à manufatura sofisticada. Setores primário-exportadores, embora eficientes em termos de escala e competitividade externa, possuem menor capacidade de difusão tecnológica e encadeamento produtivo em comparação à indústria de transformação de alta complexidade. Consequentemente, os ganhos de produtividade agregada foram mais modestos e voláteis.

Sob a ótica do teorema de Stolper-Samuelson, a especialização produtiva influencia diretamente a estrutura de remuneração dos fatores. Economias que se especializam em bens intensivos em trabalho qualificado e tecnologia tendem a elevar a remuneração relativa do capital humano, criando incentivos para

investimentos educacionais e inovação contínua. A estratégia sul-coreana reforçou esse ciclo virtuoso: à medida que a pauta exportadora se sofisticava, crescia também a demanda por mão de obra qualificada, elevando salários reais e promovendo mobilidade social (Krugman; Obstfeld, 2015).

No Brasil, a predominância de setores intensivos em recursos naturais e a menor intensidade tecnológica da pauta exportadora reduziram os estímulos estruturais à qualificação produtiva em larga escala. Embora determinados segmentos tenham apresentado avanços relevantes, a ausência de um processo contínuo de complexificação produtiva limitou a difusão ampla de ganhos salariais associados à inovação tecnológica (Furtado, 1961).

Destarte, a divergência de produtividade entre Brasil e Coreia do Sul não pode ser dissociada da trajetória estrutural de suas economias. Enquanto a Coreia transformou sua inserção internacional em mecanismo de aprendizado produtivo e elevação salarial sustentada, o Brasil manteve padrão de especialização que, embora gerador de superávits comerciais em determinados períodos, apresentou menor capacidade de promover ganhos contínuos de produtividade e convergência de renda (Amsden, 2001; Eclac/Cepal, 2012).

Dados internacionais indicam que, entre 2000 e 2018, a produtividade do trabalho na indústria sul-coreana apresentou crescimento médio anual superior a 4%, enquanto o Brasil registrou crescimento significativamente inferior e mais volátil no mesmo período (World Bank, 1993). Essa diferença não é pontual, mas acumulativa, segundo Robert Solow (1956): taxas persistentemente superiores de produtividade resultam, ao longo de décadas, em ampla distância nos níveis de renda. A comparação histórica revela três padrões fundamentais:

5.4.1 Crescimento acelerado em ambas as economias (1960-1980)

Durante esse período, tanto Brasil quanto Coreia do Sul apresentaram expansão produtiva relevante, rejeitaram o livre mercado puro e adotaram um

planejamento centralizado agressivo. O Brasil, sob a ditadura militar, lançou os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e II), focando na industrialização por substituição de importações (ISI) para criar uma base industrial pesada e autossuficiente em siderurgia, energia e petroquímica (Tavares, 2019).

Na Coreia do Sul, sob o regime de Park Chung-hee, a industrialização orientada às exportações já gerava efeitos mais intensos de escala e aprendizado produtivo (World Bank, 1993), implementando também Planos Quinquenais altamente direcionados, mas com uma diferença crucial: o governo financiou e protegeu os *Chaebols* (grandes conglomerados familiares como Samsung e Hyundai) sob a condição estrita de que eles batessem metas de exportação. Enquanto o Estado brasileiro subsidiava a indústria para abastecer o mercado interno, o Estado sul-coreano moldava suas empresas para competir agressivamente no mercado global.

5.4.2 Divergência clara de produtividade (1980-2000)

A partir da década de 1980, a produtividade brasileira desacelera significativamente, refletindo instabilidade macroeconômica, crise da dívida e redução do dinamismo industrial. Em contraste, a Coreia do Sul mantém trajetória ascendente, impulsionada por intensificação tecnológica e aumento do conteúdo de valor agregado de suas exportações (World Bank, 1993).

A década de 1980 expôs a fragilidade dos modelos de financiamento adotados até então. No Brasil, o aumento dos juros americanos gerou a crise da dívida externa, transformando o país em um exportador líquido de capital para honrar seus compromissos financeiros. Sem dólares e sem crédito, o Estado brasileiro perdeu a capacidade de investir, mergulhando em uma ciranda de instabilidade macroeconômica e hiperinflação que paralisou a produtividade (Tavares, 2019). Em contraste, a Coreia do Sul, embora também afetada inicialmente, reorientou rapidamente sua política industrial. O governo sul-coreano promoveu o fechamento ou a fusão de indústrias pesadas ineficientes e direcionou

o crédito escasso exclusivamente para os setores de semicondutores, eletrônicos e automobilístico de ponta, blindando sua trajetória de crescimento (Chang, 2003).

4.4.3 Consolidação da diferença estrutural (2000-2020)

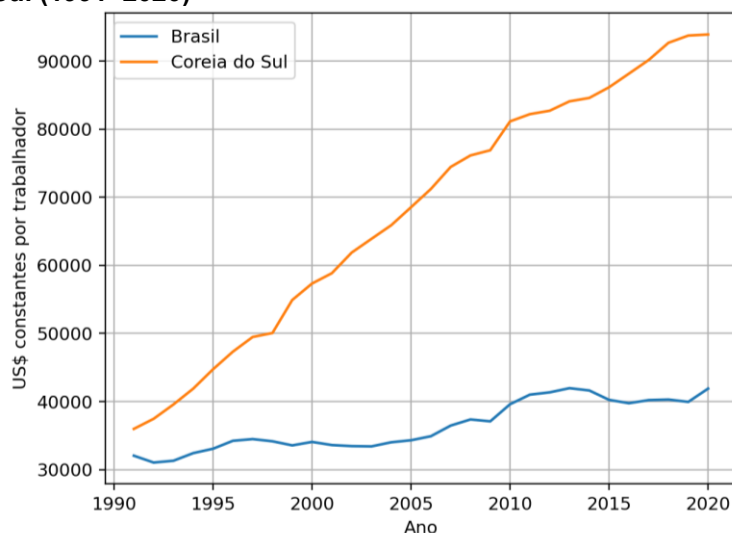
No século XXI, a Coreia consolida posição como economia intensiva em tecnologia, com forte presença em setores como semicondutores, eletrônicos e automóveis. O Brasil, por sua vez, observa crescimento mais modesto da produtividade agregada, em parte devido à maior concentração em setores primário-exportadores, que apresentam menor capacidade de difusão tecnológica ampla (McMillan; Rodrik, 2011).

A teoria econômica sugere que, no longo prazo, salários reais tendem a acompanhar a produtividade do trabalho (Mankiw, 2021, p. 48-52). Dados comparativos mostram que o crescimento salarial sul-coreano foi sustentado por ganhos contínuos de produtividade industrial. A expansão do setor manufatureiro sofisticado elevou a demanda por trabalho qualificado, ampliando a remuneração média e estimulando investimento em capital humano (Amsden, 2001, p. 289-300).

No Brasil, embora tenham ocorrido períodos de aumento real de salários, especialmente nos anos 2000, tais avanços mostraram-se mais dependentes de ciclos favoráveis de commodities e políticas redistributivas do que de ganhos estruturais persistentes de produtividade (Neri, 2012, p. 45-55).

A seguir, utilizo da figura 5 que explora a diferença concreta em US\$ por trabalhador entre as duas nações e a ampliação dessa distância ao longo do tempo, de 1991 até 2020, evidenciando que, embora Brasil e Coreia do Sul apresentassem níveis relativamente próximos de produtividade nas décadas iniciais, a economia sul-coreana passou a registrar crescimento significativamente superior a partir dos anos 1990, ampliando de forma contínua a diferença em relação ao Brasil (Conference Board, 2021).

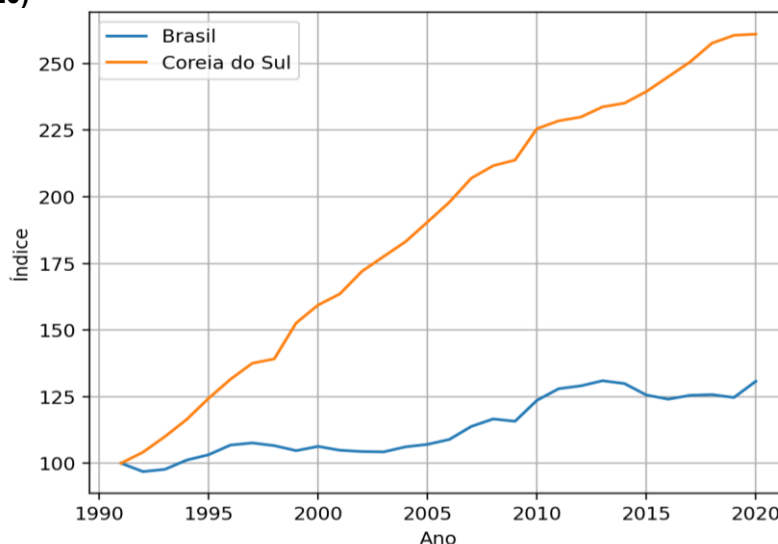
Figura 5 – Produtividade do trabalho (PIB por trabalhador, US\$ constantes) – Brasil e Coreia do Sul (1991–2020)



Fonte: Dados disponibilizados pelo Banco Mundial (*World Development Indicators*, 2025) e pela Universidade de Groningen, Países Baixos (2025), dados de crescimento da produtividade do trabalho calculado pelo autor. Elaboração própria.

Já a figura 6, ambienta a situação de quando se normaliza a produtividade tomando 1991 como base 100, observa-se que a Coreia do Sul multiplicou sua produtividade em ritmo muito superior ao brasileiro (World Bank, 2022). Essa diferença acumulativa ilustra como taxas ligeiramente maiores de crescimento, quando sustentadas por décadas, geram divergência estrutural significativa. Ao normalizar a produtividade tomando como base o primeiro ano disponível para cada país, observa-se que a Coreia do Sul apresentou crescimento acumulado substancialmente superior ao brasileiro ao longo do período. Essa diferença evidencia que a divergência estrutural não decorre apenas de níveis iniciais distintos, mas de ritmos persistentemente diferentes de expansão da produtividade (Rodrik, 2007).

Figura 6 – Produtividade do trabalho (Índice base 1991 = 100) – Brasil e Coreia do Sul (1991–2020)



Fonte: Dados disponibilizados pelo Banco Mundial (*World Development Indicators*, 2025) e pela Universidade de Groningen, Países Baixos (2025), dados de crescimento da produtividade do trabalho calculado pelo autor. Elaboração própria.

A consolidação da divergência estrutural observada entre 2000 e 2020 corrobora os prognósticos implícitos nas Leis de Kaldor, evidenciando que a perda de dinamismo manufatureiro no Brasil atuou como um freio estrutural sobre a produtividade agregada do país (Kaldor, 1970). Enquanto o expressivo crescimento da produtividade sul-coreana reflete um processo virtuoso induzido pelo aprendizado tecnológico endógeno dentro de uma indústria de transformação altamente sofisticada, a economia brasileira tendeu à estagnação devido aos limitados efeitos de encadeamento e difusão técnica característicos dos setores primário-exportadores (Tavares, 2019). Embora a eficiência e a escala do agronegócio e da extração mineral no Brasil garantam saldos comerciais robustos, esses segmentos não possuem a mesma densidade tecnológica e capacidade geradora de externalidades positivas que a fabricação de semicondutores, eletrônicos e automóveis de ponta confere à pauta sul-coreana.

Os reflexos distributivos e salariais desse descompasso estrutural validam as premissas estendidas pelo Teorema de Stolper-Samuelson. Na Coreia do Sul, a demanda contínua por capital humano altamente especializado para dar suporte à

inovação na fronteira tecnológica forçou uma elevação consistente e sustentada dos salários reais ao longo de todo o período, realimentando o ciclo de investimentos em educação básica e técnico-científica (Chang, 2003).

No caso brasileiro, o predomínio de setores intensivos em recursos naturais, de menor intensidade tecnológica e menor exigência relativa de qualificação em larga escala, gerou um teto implícito para os ganhos salariais no longo prazo. Os aumentos reais observados na remuneração média brasileira, sobretudo na década de 2000, ficaram atrelados a dinâmicas temporárias de valorização do salário-mínimo e ao aquecimento do setor de serviços, mas careceram do lastro de produtividade industrial necessário para garantir a sustentabilidade desses avanços econômicos e sociais (Rodrik, 2016, p. 90-95).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar as razões estruturais que explicam a divergência do padrão de comércio entre Brasil e Coreia do Sul no período de 1960 a 2020. Partiu-se da hipótese de que diferenças na estratégia de desenvolvimento, na estrutura produtiva e na composição da pauta exportadora desempenharam papel central na determinação das trajetórias de comércio de longo prazo.

A evidência empírica apresentada ao longo do seccionamento 4 confirma a existência de divergência significativa de renda per capita entre os dois países. Embora apresentassem níveis relativamente próximos nas décadas iniciais do período analisado, a Coreia do Sul registrou crescimento sustentado e acumulativo da produtividade e da renda, enquanto o Brasil experimentou expansão mais volátil e desaceleração estrutural a partir dos anos 1980.

No âmbito do comércio internacional, observou-se divergência clara na composição da pauta exportadora. Enquanto a Coreia do Sul promoveu crescente sofisticação tecnológica de suas exportações, o Brasil apresentou reconcentração em produtos primários nas últimas décadas. Tal diferença evidencia a importância da construção de vantagens comparativas dinâmicas, em contraste com especialização baseada predominantemente em dotação natural de fatores.

A aplicação das teorias do comércio internacional ao contraste entre Brasil e Coreia do Sul permite avançar da descrição histórica para uma interpretação estrutural da divergência observada. À luz do modelo ricardiano e da abordagem de Heckscher-Ohlin, ambos os países poderiam ter se especializado segundo suas dotações relativas de fatores nos anos 1960: o Brasil, relativamente abundante em recursos naturais e terra, tenderia à exportação de bens primários; a Coreia do Sul, escassa em recursos naturais, mas relativamente abundante em trabalho, poderia especializar-se em bens intensivos em mão de obra. Sob essa perspectiva estática, o padrão inicial de comércio não seria necessariamente problemático, pois refletiria vantagens comparativas dadas.

Porém, a experiência histórica revela que a especialização baseada exclusivamente em dotações naturais pode limitar as possibilidades de mudança

estrutural e de elevação sustentada da produtividade, consequentemente, limitando o impacto do comércio internacional desse país. O Brasil manteve-se, ao longo do período analisado, fortemente ancorado em vantagens comparativas estáticas, aprofundando sua inserção em cadeias globais concentradas em commodities agrícolas e minerais. Essa trajetória é consistente com as previsões do modelo de Heckscher-Ohlin, mas revela seus limites quando analisada sob uma perspectiva dinâmica do desenvolvimento.

A Coreia do Sul, por sua vez, promoveu deliberadamente a transformação de sua estrutura produtiva, deslocando-se de setores intensivos em trabalho para segmentos de maior intensidade tecnológica e capital humano. Esse movimento sugere a construção de vantagens comparativas dinâmicas, resultado de políticas industriais seletivas, investimentos em educação e inserção estratégica nos mercados internacionais. Nesse sentido, a experiência sul-coreana desafia a leitura puramente estática das teorias clássicas e neoclássicas do comércio, indicando que a especialização pode ser moldada por escolhas institucionais e políticas.

A comparação entre Brasil e Coreia do Sul sugere que o comércio internacional não atua como determinante exógeno do desenvolvimento, mas como mecanismo cuja eficácia depende da capacidade de promover mudança estrutural e complexificação produtiva. A divergência entre os dois países evidencia que vantagens comparativas podem ser construídas e transformadas ao longo do tempo, e que a qualidade da inserção externa é ponto central para explicar trajetórias distintas de crescimento econômico e produtividade.

À luz da tradição na literatura estruturalista latino-americana (Furtado, 2007) e das leis de Kaldor (1966), os resultados sugerem que a manutenção de uma base industrial sofisticada e integrada às cadeias globais de valor constitui elemento fundamental para o crescimento sustentado da produtividade. Ademais, a experiência comparada indica que o comércio internacional não é neutro: a qualidade da inserção externa — definida pela complexidade e intensidade tecnológica das exportações — exerce influência decisiva sobre a trajetória de desenvolvimento.

Em síntese, a divergência observada entre Brasil e Coreia do Sul não pode ser explicada exclusivamente por fatores exógenos ou condições iniciais. Trata-se, sobretudo, do resultado de escolhas institucionais, estratégias de política econômica e capacidade de promover transformação estrutural ao longo do tempo. O caso comparado evidencia que o desenvolvimento econômico, sob a égide do comércio internacional, requer não apenas crescimento das transações, mas transformação produtiva contínua e construção deliberada de capacidades tecnológicas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AMSDEN, Alice H. **Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization**. New York: Oxford University Press, 2001.
- ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- ARANHA MACHADO, S. **Brasil e Coreia do Sul: Uma análise de trajetórias**, 2022.
- AREND, Marcelo et al. **Development strategies and path dependence**. PSL Quarterly Review, 2023.
- BANCO MUNDIAL. **World Bank Open Data: Historical Series in Exports of goods and services (current US\$)**, 2025.
- BANCO MUNDIAL. **World Bank Group Open Data**. <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD>.
- BANCO MUNDIAL. **World Bank Group Open Data**. <https://data.worldbank.org/indicator/SL.GDP.PCAP.KD>.
- BAER, Werner. **A economia brasileira**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2009.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Globalização e competição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Macroeconomia da Estagnação: Crítica da Ortodoxia Convencional no Brasil Pós-1994**. Editora 34, 2007.
- BRITTO, Gustavo et al. **The great divide: economic complexity and development paths in Brazil and South Korea**. 2016.
- CANO, Wilson. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**. Unicamp. Revista Economia e Sociedade Vol. 26, nº 2, 2017.
- CARNEIRO, Ricardo. **Desindustrialização no Brasil**. Revista de Economia Política Vol. 37, nº 1, páginas: 63-78, 2017.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

ECLAC/CEPAL. **Structural Change for Equality: An Integrated Approach to Development**. Santiago: United Nations, 2012.

EVANS, Peter. **Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FEENSTRA, Robert; TAYLOR, Alan. **International Trade**. Worth Publishers. 5ª edição, 2021.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. ed. 34 São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOOGLE. Gemini (Versão 1.5). "Forneça possíveis traduções do resumo do trabalho para inglês americano no padrão ABNT". Disponível em: <https://gemini.google.com/>. Acesso em: 23 mai. 2026.

GOOGLE. NotebookLM: versão Gemini 3 Pro. Mountain View, CA: Google. "Verifique se os excertos possuem erros ortográficos". Disponível em: <https://notebooklm.google/>. Acesso em: 29 mai. 2026.

GOOGLE. NotebookLM: versão Gemini 3 Pro. Mountain View, CA: Google. "Verifique se existe coesão entre os tópicos e o título proposto. Sugira possíveis melhorias". Acesso em: 29 mai. 2026.

KALDOR, Nicholas. **The Case for Regional Policies**. Scottish Journal of Political Economy, 1970.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc. **Economia internacional: teoria e política**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc. **Economia internacional: teoria e política**. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2023.

HAUSMANN, Ricardo; HIDALGO, César. **The Atlas of Economic Complexity**. Harvard Growth Lab, 2014.

HAGGARD, Stephan; LIM, Wonhyuk; KIM, Euysung (org.). **Economic Crisis and Corporate Restructuring in Korea: Reforming the Chaebol**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MCMILLAN, Margaret; RODRIK, Dani. **Globalization, Structural Change and Productivity Growth**. NBER Working Paper, 2011.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). **Comex Stat – Base de Dados do Comércio Exterior Brasileiro**. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br>. Acesso em: 19 jun. 2026.

Observatory of Economic Complexity (OEC). **South Korea Trade Profile**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/kor>. Acesso em: 19 jun. 2026.

PASINETTI, Luigi. **Structural Change and Economic Growth**. Cambridge University Press, 1981.

RODRIK, Dani. **Premature deindustrialization**. Journal of Economic Growth, 2016.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Lebooks, 2018.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Edipro, 2021.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2023.

SOLOW, Robert M. **A Contribution to the Theory of Economic Growth**. The Quarterly Journal of Economics, v. 70, n. 1, p. 65-94, 1956.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

UNESCO. **Education for All Global Monitoring Report**. Paris: UNESCO, 2023.

UNIVERSITY OF GRONINGEN. **Penn World Table version 11.0 Database**. Disponível em: <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/>, Países Baixos, 2025.

WADE, Robert. **Governing the Market**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

WORLD BANK. **The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy**. New York: Oxford University Press, 1993.

WORLD BANK. **Retaking the Path to Inclusion, Growth and Sustainability**. Washington, DC, 2016.

WORLD BANK. **World Development Indicators 2024**. Washington, DC: World Bank, 2024.